



Simulado Especial

CGE SP

Auditor Estadual De Controle - Especialidade
Correição E Combate À Corrupção
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CGE-SP**, cargo de **Auditor Estadual de Controle - Correição e Combate à Corrupção**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PYpjNvdNH3urqpL8>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E	101 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E	102 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E	103 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E	104 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E	105 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E	106 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E	107 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E	108 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E	109 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E	110 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E	111 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E	112 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E	113 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E	114 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E	115 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E	116 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E	117 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E	118 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E	119 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E	120 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/4WDT>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO**

O historiador, como qualquer cientista, trabalha com evidências e suposições. Não pode romper o tênue equilíbrio entre esses dois elementos. Se não se arrisca a lançar hipóteses a partir de suposições, corre o risco de repetir o já conhecido, reafirmar o óbvio, transformar a aventura humana numa narrativa sistemática e organizada como cadeias de elementos químicos ou rígidas fórmulas matemáticas. Se, por outro lado, abandona as evidências e se permite “delirar” à vontade, pode criar uma interessante obra de ficção desvinculada do conhecimento acumulado por gerações, comprometida apenas com a imaginação criadora do autor.

(PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2023, p. 24-25.)

1. Segundo as informações presentes no texto, é correto afirmar que:

- a) o trabalho do historiador exige distanciamento absoluto da imaginação, sob pena de que suas conclusões se tornem inverificáveis e aproximem-se do campo da ficção.
- b) assim como o cientista, o historiador deve rejeitar tanto a repetição do óbvio quanto a especulação imaginativa, mantendo-se rigidamente preso às evidências documentais.
- c) a tarefa do historiador consiste em equilibrar o rigor das provas e a ousadia das hipóteses, evitando tanto a estagnação do conhecimento quanto o devaneio criativo desprovido de base empírica.
- d) o texto defende que o historiador, diferentemente do cientista, deve abrir mão das evidências para compreender a aventura humana como narrativa poética e subjetiva.
- e) o autor propõe que o historiador trate os fatos humanos com o mesmo método das ciências

exatas, assegurando assim a objetividade e a neutralidade de sua narrativa.

2. Podemos inferir algumas informações de outras que são dadas no texto.

Assinale a única inferência a seguir que se mostra **inadequada**.

- a) O texto pressupõe que o historiador, mesmo quando formula hipóteses, deve sustentá-las em dados concretos, e não em meras fantasias.
- b) É possível concluir que o autor valoriza o uso da imaginação no trabalho histórico, desde que ela esteja subordinada à análise das evidências.
- c) Infere-se que a história, embora não seja uma ciência exata, deve buscar algum grau de método e de rigor em suas investigações.
- d) O texto permite entender que, ao contrário das ciências exatas, a história admite um espaço legítimo para a criatividade e para a formulação de hipóteses.
- e) Pode-se inferir que o texto defende uma oposição radical entre imaginação e conhecimento, tornando impossível a convivência entre ambos no ofício do historiador.

3. Considerando os aspectos semânticos e estruturais do texto, assinale a opção que apresenta uma análise adequada quanto à tipologia textual.

- a) Trata-se de um texto narrativo, pois relata as possíveis atitudes do historiador diante de seu objeto, descrevendo ações sucessivas e resultados concretos.
- b) O texto é essencialmente descritivo, pois detalha com minúcia as características do trabalho do historiador, sem manifestar opinião ou juízo de valor.
- c) O texto apresenta predominância expositiva, uma vez que se limita a apresentar informações sobre a metodologia do historiador, sem procurar convencer o leitor.
- d) Predomina a tipologia argumentativa, pois o autor defende uma tese, valendo-se de raciocínios e exemplos comparativos para sustentar seu ponto de vista.
- e) O texto combina narração e injunção, pois apresenta uma sequência de ações e instrui o historiador sobre o modo correto de proceder em suas pesquisas.

4. Com base na leitura do texto, indique a afirmativa correta sobre sua significação ou estruturação.

- a) No terceiro período, é facultativo o emprego da vírgula após “*suposições*”.
- b) As duas ocorrências da palavra “*como*” têm valor de modo.
- c) A palavra “*prometida*” se refere ao substantivo “*ficção*”.
- d) Todas as formas verbais do texto referem-se a “”.
- e) É obrigatória a próclise do pronome “*se*” com as formas verbais “*arrisca*” e “*permite*”.

5. Em todas as frases a seguir houve a eliminação do QUE e a substituição do verbo por um substantivo correlato.

Assinale a afirmativa em que isso foi elaborado de forma adequada.

- a) O cientista, que descobriu a cura, recebeu o prêmio. / o criador da cura.
- b) A empresa, que produziu os relatórios, foi auditada. / a autora dos relatórios.
- c) A aluna, que estudou o tema, apresentou bons resultados. / a leitora do tema.
- d) O país, que cresceu economicamente, reduziu o desemprego. / o crescimento econômico.
- e) O médico, que operou o paciente, relatou o caso. / o operador do paciente.

6. Assinale a opção em que a relação lógica entre os segmentos da frase se encontra corretamente indicada.

- a) Sob o impacto do declínio da economia chinesa, / os países emergentes enfrentam baixas taxas de crescimento – relação de causa.
- b) Abra um buraco no local em que o tesouro está enterrado, / a não ser que você só esteja precisando de exercício – relação de finalidade.
- c) Os bichos são mais inteligentes / do que se pensa. – relação de proporção.
- d) Há flores em todas as estações, / assim como desatinos em todas as idades. – relação de modo.
- e) A fé remove montanhas, / mas os ecologistas são contra. – relação de conformidade.

7. Assinale a frase em que está presente a construção da voz passiva com o pronome SE.

- a) A infância perdida não **se** encontra mais.
- b) Os que desperdiçam seu tempo são os primeiros a **se** queixar de sua duração.
- c) Sempre teremos tempo bastante **se** fizermos dele uso com sabedoria.
- d) Não vou virar abóbora, **se** tiver um filho agora.
- e) É frustrante quando **se** precisa de ajuda de outrem.

8. Assinale a opção que indica a frase em que o emprego do acento grave indicativo de crase está correto.

- a) É sempre mais fácil comprar à prazo.
- b) Na formatura, mandaram-se convites às nossas antigas professoras.
- c) Queremos ver à cena de perto.
- d) Disseram palavrões à torto e a direito.
- e) As pessoas esquecem à passagem de seus ancestrais.

9. Num ato de comunicação, o conhecimento do referente é indispensável à perfeita compreensão do texto.

Assinale a opção em que o referente é identificado como referente extratextual conhecido.

- a) À noite, Sílvia recebeu a carta de seu avô.
- b) João leu a biografia de Pedro Américo.
- c) A protagonista morreu e isso foi o mais devastador.
- d) Soubemos que a seleção brasileira está bem colocada na Copa do Mundo.
- e) Ao final da história horror, os leitores ficam surpresos: o assassino é o filho do herói.

10. Um assaltante disse ao juiz: “*Senhor Juiz, minha família está passando fome, daí eu ter assaltado os bancos*”.

O argumento do assaltante mostra o seguinte problema estrutural:

- a) a premissa não é verdadeira;
- b) a premissa não é suficiente para a conclusão;
- c) a conclusão não é decorrência lógica da premissa;
- d) a conclusão não mostra relação lógica com a premissa;
- e) a estrutura tem validade, mas não tem verdade.

11. Todas as frases a seguir mostram uma locução sublinhada.

A frase em que a substituição deste termo sublinhado por um advérbio é feita de forma adequada, é:

- a) Sempre realizo as tarefas com toda a atenção / atenciosamente.
- b) A humildade é uma coisa boa, desde que praticada com moderação / modestamente.
- c) Mesmo sem estudo realizou a prova com sucesso / intuitivamente.
- d) Sempre tenha em mente que existir já é divertido / conscientemente.
- e) O que com frequência nos impede de entregarmos a um único é termos vários / ininterruptamente.

12. “Hoje, as conversas se tornaram rápidas e fragmentadas: mensagens curtas, enviadas entre compromissos que parecem nunca acabar. E, com rotinas cada vez mais aceleradas, a profundidade do diálogo também se perdeu.”.

O comentário abaixo que se opõe ao significado ou à estruturação original desse segmento do texto 1 é:

- a expressão “mensagens curtas” reforça a ideia de comunicação apressada e superficial;
- b) a repetição da ideia de velocidade se manifesta em “rápidas”, “fragmentadas” e “aceleradas”;
- c) o advérbio “também” sugere que a perda da profundidade é um acréscimo ao conjunto de mudanças citadas;
- d) a oração “com rotinas cada vez mais aceleradas” indica a causa da perda da profundidade no diálogo;
- e) as “mensagens curtas” representam uma forma mais intensa e profunda de comunicação entre as pessoas.

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

Harnessing artificial intelligence will help the world to tackle the climate crisis, but governments must step in to regulate the technology, the UN's climate chief has said.

AI is being used to make energy systems more efficient, and to develop tools to reduce carbon from industrial processes. The UN is also using AI as an aid to climate diplomacy.

But concerns over the vast and increasing energy requirements of large datacentres must prompt governments to act, said Simon Stiell, executive secretary of the UN framework convention on climate change.

“AI is not a ready-made solution, and it carries risks. But it can also be a gamechanger. So we now need to blunt its dangerous edges, sharpen its catalytic ones, and put it astutely to work,” he said. “If you run a major AI platform, power it with renewables, and innovate to drive energy efficiency.”

He added: “Done properly, AI releases human capacity, not replaces it. Most important is its power to drive real-world outcomes: managing microgrids, mapping climate risk, guiding resilient planning.”

Stiell gave an upbeat assessment of the state of global climate action, saying the world was “aligning with the Paris agreement”, with renewable energy booming, and governments set to produce fresh commitments on cutting carbon.

Speaking on Monday on the sidelines of the UN general assembly in New York, where world leaders have gathered amid stark geopolitical tensions, conflict and economic strains, he made a robust defence of climate diplomacy, in the face of outright hostility from Donald Trump's White House.

“If we look past the noise, the facts show a world aligning with the Paris agreement,” he said. “Investment in renewables has increased tenfold in 10 years. The clean energy transition is booming across almost all major economies, and hit \$2tn last year alone.”

China has led the global clean energy boom, but others – including the EU, India, African nations and Latin America – are also seeing widespread uptake of clean options. Investment has hit obstacles in the US, where Trump has ordered the dismantling of federal efforts to tackle the climate crisis, but many state governments and companies are continuing with their commitments.

Companies are seeing economic opportunities in the shift to a low-carbon world, but more finance is still needed. According to research published on Monday by the Industrial Transition Accelerator, of more than 700 low-carbon industrial installations in planning and development around the world, only 15 a year were gaining the finance necessary to go into full production. This represented a \$1.6tn (£1.2tn) opportunity for investors, the group said.

Citing the research, Stiell said: “We’re not waiting for miracles. The economics are on our side. Over 90% of new renewables cost less than the cheapest new fossil option. The technologies and solutions already exist.”

<https://www.theguardian.com/technology/2025/sep/22/ai-carries-risks-but-will-help-tackle-global-heating-says-uns-climate-chief>

13. According to the text, what is Simon Stiell's main position regarding AI and climate change?

- a) AI should be completely avoided due to its energy consumption.
- b) AI is a perfect solution that requires no government intervention.
- c) AI has potential but needs regulation and proper implementation.
- d) AI should only be used by renewable energy companies.
- e) AI is too risky to be used for climate-related purposes.

14. The phrase "blunt its dangerous edges, sharpen its catalytic ones" means that we should:

- a) completely eliminate AI technology.
- b) reduce AI's harmful aspects and enhance its beneficial ones.
- c) use AI only for military purposes.
- d) invest more money in AI development.
- e) replace human workers with AI systems.

15. The text suggests that AI can help with climate change by:

- a) replacing all human workers in energy sectors.
- b) reducing international climate diplomacy.
- c) eliminating the need for renewable energy.
- d) increasing carbon emissions from industry.
- e) overseeing microgrids and charting climate risks.

16. The text indicates that concerns about AI are primarily related to:

- a) its inability to solve climate problems.
- b) the vast energy requirements of datacentres.
- c) its high cost of implementation.
- d) the lack of government support.
- e) its incompatibility with renewable energy.

Gabarito: B
Comentário:

- **a) INCORRETA** - O texto mostra que AI pode ajudar, não que é incapaz.
- **b) CORRETA** - O texto menciona "concerns over the vast and increasing energy requirements of large datacentres".
- **c) INCORRETA** - Custo não é mencionado como preocupação principal.
- **d) INCORRETA** - O texto pede mais regulamentação governamental, não menciona falta de suporte.
- **e) INCORRETA** - AI é apresentada como compatível quando alimentada por renováveis.

17. In the sentence "*Harnessing artificial intelligence will help the world to tackle the climate crisis*", the words **HARNESSING** and **TACKLE** could be replaced, without changing its meaning, by:

- a) *Rejecting and ignoring*.
- b) *Exploiting and confronting*.
- c) *Avoiding and escaping*.
- d) *Hindering and postponing*.
- e) *Wasting and neglecting*.

18. In the sentence "*Done properly, AI releases human capacity, not replaces it.*", the expression **DONE PROPERLY** expresses:

- a) A condition, similar to "if it is done properly".
- b) A purpose, similar to "in order to be done properly".
- c) A contrast, similar to "although it is done properly".
- d) A consequence, similar to "so that it is done properly".
- e) A time reference, similar to "when it is done properly".

19. In the sentence "*Most important is its power to drive real-world outcomes: managing microgrids, mapping climate risk, guiding resilient planning.*", the pronoun **ITS** refers to:

- a) *climate risk*
- b) *resilient planning*
- c) *artificial intelligence*
- d) *human capacity*
- e) *the Paris agreement*

20. Considering the sentence "*Stiell gave an upbeat assessment of the state of global climate action*", it is possible to state that Stiell's assessment was:

- a) *Extremely negative and pessimistic.*
- b) *Neutral, with no clear position.*
- c) *Cautious and doubtful.*
- d) *Positive and optimistic.*
- e) *Indifferent and careless.*

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

21. De acordo com a CE 1989, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades da administração direta e indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- a) pela Assembleia Legislativa, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- b) pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

c) pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

d) pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante controle externo, e pelas Controladorias Gerais de cada Poder.

e) pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelas Controladorias Gerais de cada Poder.

22. Considerando o disposto na CE 1989, assinale qual das alternativas a seguir NÃO se enquadra como finalidade do sistema de controle interno:

- a) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- c) exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante do subsídio, vencimento ou salário de seus membros ou servidores
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado
- e) apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional

23. Entende-se por Auditoria Interna Governamental a atividade independente e objetiva de avaliação e de _____, estruturada para aprimorar as operações dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual, auxiliando-os na consecução de seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem _____ e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de _____, controle e governança

Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- a) apuração – sistemática – gerenciamento de riscos
- b) consultoria – sistemática – auditoria baseada em riscos
- c) consultoria – documentada – gerenciamento de riscos
- d) consultoria – sistemática – gerenciamento de riscos
- e) apuração – documentada – auditoria baseada em riscos

24. Nos termos da LC 1.419/24, compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo:

- a) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as Ouvidorias dos órgãos e entidades da Administração Pública, como unidades setoriais.
- b) a Auditoria Geral do Estado, como órgão central, e as Ouvidorias dos órgãos e entidades da Administração Pública, como unidades setoriais.
- c) a Auditoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública direta, como unidades setoriais.
- d) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública direta, como unidades setoriais.
- e) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública indireta, como unidades setoriais.

25. Constituem atribuições da Controladoria Geral do Estado coordenar e responder pela orientação técnica dos seguintes sistemas do Poder Executivo, EXCETO:

- a) Sistema de Controle Interno;
- b) Sistema de Defesa do Patrimônio Público;
- c) Sistema de Corregedoria;
- d) Sistema de Integridade;
- e) Sistema de Transparéncia.

26. Nos termos do Decreto 69.183/24, é competência da Auditoria Geral do Estado:

- a) incentivar e promover a disseminação de formas e ferramentas de participação do usuário na Administração Pública.
- b) verificar a regularidade dos procedimentos disciplinares em curso ou já julgados por órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.
- c) apoiar os órgãos e entidades nas áreas de promoção da transparéncia, governo aberto, integridade pública, conduta ética e gestão de riscos.
- d) fomentar a gestão de riscos e a implementação dos controles internos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado.
- e) elaborar plano anual de auditoria interna, indicando os serviços de auditoria ou consultoria a serem realizados, de acordo com os critérios de planejamento e priorização estabelecidos.

27. Avalie os itens a seguir:

- I. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.
- II. As instâncias da terceira linha de defesa objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.
- III. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Estão corretos os itens:

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e II
- d) II e III
- e) I e III.

28. O planejamento da auditoria deve considerar as seguintes atividades, entre outras, que devem ser devidamente documentadas, EXCETO:

- a) designação do auditor responsável pela coordenação dos trabalhos.
- b) definição do objetivo e do escopo do trabalho, considerando os principais riscos existentes e a adequação e suficiência dos mecanismos de controle estabelecidos.
- c) documentação em papéis de trabalho das análises realizadas e das evidências produzidas ou coletadas.
- d) análise preliminar do objeto da auditoria.
- e) elaboração do programa de trabalho.

29. Processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração, pelos gestores e pelo corpo de servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os objetivos gerais serão alcançados.

O trecho acima refere-se ao conceito de:

- a) controles internos da gestão.
- b) gerenciamento de riscos.
- c) governança.
- d) serviços de avaliação.
- e) accountability.

30. Durante a execução dos trabalhos de auditoria interna, foram aplicados procedimentos para verificar a suficiência, a exatidão e a validade dos dados obtidos.

No caso em tela, pode-se dizer que foi/foram aplicado(s):

- a) procedimentos analíticos substantivos.
- b) procedimentos substantivos.
- c) testes de detalhes.
- d) vouching.
- e) rastreamento.

31. Constitui documento utilizado pela UAIG, para solicitar à Unidade Auditada, a apresentação de documentos, de informações e de esclarecimentos, podendo ser emitido antes, durante e depois do desenvolvimento dos trabalhos de campo.

O texto acima refere-se a(o)(s):

- a) Nota de Auditoria (NA).
- b) Solicitação de Auditoria (SA).
- c) Reunião de abertura.
- d) Documento de apresentação da equipe, dos objetivos e do escopo.
- e) Documento de formalização dos trabalhos e apresentação das diretrizes.

32. Durante os trabalhos de campo, o auditor interno governamental obteve, de uma fonte interna da unidade auditada, diversos registros que continham informação comprobatória de contrato celebrado com um determinado fornecedor, tais como notas fiscais, notas de empenho, notas de serviço e termos do contrato.

No caso em tela, pode-se dizer que a evidência de auditoria coletada se classifica como:

- a) física.
- b) testemunhal.
- c) analítica.
- d) documental.
- e) corroborativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

33. As normas constitucionais podem ser classificadas, quanto a sua aplicabilidade, como normas constitucionais de eficácia plena, eficácia contida e eficácia limitada. Sobre a norma de eficácia contida, é correto defini-la como:

- a) Norma que depende de regulamentação infraconstitucional para produzir efeitos, não sendo autoaplicável.
- b) Norma que não possui eficácia plena e imediata, necessitando de complementação legislativa para sua aplicação.
- c) Norma que possui aplicabilidade imediata e direta, mas que pode ter sua eficácia restringida por uma lei infraconstitucional.
- d) Norma que produz efeitos de forma imediata, integral e incondicionada, não podendo ser limitada por legislação infraconstitucional.
- e) Norma que possui aplicabilidade mediata, ou seja, seus efeitos dependem de um processo legislativo posterior para serem concretizados.

34. O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.
- b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.
- c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.
- e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

35. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Tema 698 da repercussão geral**, firmou tese segundo a qual o Poder Judiciário **pode** impor ao Poder Público a implementação de políticas públicas, desde que observados determinados limites, notadamente quando a omissão estatal viola direitos fundamentais. Considerando essa orientação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A atuação judicial é vedada, pois a definição e a execução de políticas públicas são de competência exclusiva do Poder Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes.
- b) O Judiciário pode impor ao Estado a adoção de medidas administrativas ou orçamentárias quando houver omissão que comprometa direitos fundamentais, desde que a decisão não esgote a liberdade de conformação do administrador nem imponha escolhas técnicas específicas.
- c) A intervenção judicial somente é admissível se houver prévia edição de lei autorizando expressamente a atuação do magistrado na execução da política pública.
- d) O STF entende que a determinação judicial para cumprimento de políticas públicas só é legítima quando houver previsão de dotação orçamentária específica aprovada em lei.
- e) A intervenção judicial é automática em qualquer hipótese de inércia administrativa, dispensando demonstração de violação a direitos fundamentais.

36. Após o regular trâmite de processo judicial, com contraditório e ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Bruno pela prática de crime doloso, aplicando-lhe pena privativa de liberdade de dois anos, posteriormente substituída por prestação de serviços à comunidade. Enquanto cumpre a pena, Bruno pretende participar de atividades cívicas e concorrer a cargo eletivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno não sofreu restrição de seus direitos políticos, pois a substituição da pena por prestação de serviços descaracteriza a suspensão prevista no art. 15, III, da CF.
- b) Bruno sofreu suspensão de seus direitos políticos, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos, permanecendo a restrição enquanto durar o cumprimento da pena.
- c) Bruno não pode ajuizar ação popular, pois esta exige capacidade eleitoral ativa, a qual fica definitivamente cassada com a condenação criminal.
- d) Bruno pode se filiar e permanecer filiado a partido político, mas não pode exercer o voto nem disputar eleições durante o período de prestação de serviço.
- e) Bruno somente perderá os direitos políticos se houver expressa decisão judicial declaratória da suspensão após o início do cumprimento da pena.

37. Durante o julgamento de um processo em tribunal, o relator suscitou a inconstitucionalidade de um dispositivo legal e o órgão fracionário do tribunal, por maioria simples, afastou a aplicação da norma ao caso concreto, sem submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial.

À luz do sistema de controle de constitucionalidade previsto na CF/1988, é correto afirmar que o órgão julgador

- a) agiu corretamente, pois qualquer órgão judicial pode afastar a aplicação de norma inconstitucional em controle difuso, independentemente da instância.
- b) agiu incorretamente, pois mesmo no controle difuso, a declaração de inconstitucionalidade por tribunal exige o voto da maioria simples do órgão fracionário.
- c) agiu corretamente, pois a cláusula de reserva de plenário só se aplica ao controle concentrado de constitucionalidade.
- d) agiu incorretamente, pois violou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que órgão fracionário de tribunal não pode afastar a aplicação de norma por inconstitucionalidade sem submeter a questão ao Plenário ou órgão especial.
- e) agiu corretamente, pois não houve declaração expressa de inconstitucionalidade, mas apenas o afastamento da norma ao caso concreto, o que dispensa a reserva de plenário.

38. O controle de constitucionalidade é um mecanismo importante para garantir a conformidade das normas jurídicas com a Constituição Federal. No direito constitucional brasileiro, aponte qual das alternativas descreve corretamente o controle de constitucionalidade difuso.

- a) É o controle realizado por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos, podendo declarar a inconstitucionalidade de uma norma e afastá-la do caso específico.
- b) É o controle exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações diretas de inconstitucionalidade, com efeito vinculante para todos os órgãos do poder público.
- c) É o controle realizado somente pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, para verificar a compatibilidade de projetos de lei com a Constituição.
- d) É o controle que só pode ser exercido pelo Presidente da República, que pode vetar leis por inconstitucionalidade.
- e) É o controle exercido pelos Tribunais de Contas, que avaliam a conformidade das leis orçamentárias com a Constituição.

39. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

40. O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato,

cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.
- b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.
- e) Diferente do que se aplica à ação direta de inconstitucionalidade, não se admite medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

41. Em um concurso público que reserva vagas a candidatos pretos e pardos, João foi eliminado pela comissão de heteroidentificação, que concluiu que suas características fenotípicas não correspondiam às de pessoa parda. Inconformado, João ingressou com ação judicial alegando que o ato da comissão foi arbitrário e violou seu direito de defesa. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário pode rever livremente a decisão da comissão de heteroidentificação, substituindo-a na análise das provas e dos critérios utilizados.
- b) O Poder Judiciário não pode, em nenhuma hipótese, exercer controle sobre os atos de comissões de heteroidentificação, pois se trata de matéria interna de concurso público.
- c) É ilegítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, por ofensa aos princípios da dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- d) O controle judicial de atos da comissão de heteroidentificação em concursos públicos é possível para garantir o contraditório e a ampla defesa.
- e) O Poder Judiciário pode determinar a imediata nomeação do candidato eliminado, sempre que houver divergência entre a autodeclaração e a conclusão da comissão.

42. Suponha que determinado Estado da federação tenha editado uma lei estadual que conferia ao Tribunal de Contas local o poder de determinar que as controladorias-gerais do Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais realizassem auditorias específicas, sob sua supervisão. O governador questionou a norma perante o Supremo Tribunal Federal. À luz da jurisprudência constitucional, é correto afirmar que:

- a) A norma é constitucional, pois o Tribunal de Contas exerce controle externo sobre toda a Administração Pública, podendo determinar auditorias aos órgãos internos.
- b) A norma é inconstitucional, pois viola a separação de Poderes e a autonomia dos sistemas de controle interno de cada Poder.
- c) A norma é válida apenas se houver prévia autorização do Poder Legislativo estadual.
- d) A norma é inconstitucional apenas quanto ao Poder Judiciário, que possui autonomia funcional para fiscalizar seus próprios órgãos.
- e) A norma é constitucional, pois a Constituição determina que compete ao sistema de controle interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

43. Acerca dos atos de improbidade administrativa e das decisões mais recentes dos Tribunais Superiores sobre o tema, assinale a opção correta:

- a) A vedação à condenação em solidariedade contida na Lei n. 8.429/1992 não é absoluta, pois somente é aplicável quando individualizáveis os desígnios dos agentes ativos do ato ilícito, mas não quando tenham, todos eles, participado em unidade de vontades no cometimento da improbidade, oportunidade em que se poderá atribuir a todos o dever de resarcir integralmente os danos causados.
- b) As disposições da Lei nº 14.230/2021 não são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, de modo que as medidas já deferidas não poderão ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação dada à Lei nº 8.429/1992.
- c) É vedada a utilização conjunta das Leis nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) para fundamentar uma mesma ação civil, por violação ao princípio do *non bis in idem*.
- d) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, não é admissível, por ausência de previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) É cabível o reconhecimento da prescrição intercorrente na fase executória da ação de improbidade.

44. Determinado servidor público estadual, após completar seis anos de efetivo exercício, solicitou licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares pelo prazo de dois anos. A Administração deferiu o pedido, mas exigiu que o servidor permanecesse em exercício até a publicação do ato concessivo. Após um ano de afastamento, o servidor solicitou o retorno antecipado ao cargo. Considerando as normas aplicáveis à licença para tratar de interesses particulares contidas na Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor não poderia retornar antes do término do período de licença, pois o afastamento é irrenunciável após a concessão.
- b) A licença poderia ter sido negada, mesmo com o cumprimento do tempo mínimo de exercício, se o afastamento fosse inconveniente ao interesse do serviço.
- c) A Administração não poderia exigir que o servidor aguardasse em exercício, pois o afastamento tem efeito imediato após o protocolo do pedido.
- d) O servidor poderia renovar a licença imediatamente após o retorno, caso houvesse interesse pessoal, sem necessidade de novo período de carência.
- e) A licença para tratar de interesses particulares poderia ser gozada por prazo superior a dois anos, uma vez que o limite legal é de três anos.

45. Considere que, no âmbito de uma secretaria estadual, há um processo administrativo complexo que envolve simultaneamente áreas técnica, jurídica e financeira. Diante de divergências entre os setores que estão atrasando a decisão final, o secretário propôs a adoção do instituto da decisão coordenada para garantir maior celeridade. Considerando o regime jurídico aplicável (Lei nº 9.784/1999), assinale a alternativa correta:

- a) A decisão coordenada é aplicável a qualquer processo administrativo, inclusive aos de licitação e aos de natureza sancionadora, desde que haja discordância entre os órgãos envolvidos.
- b) O instituto da decisão coordenada transfere a responsabilidade integral para a instância colegiada criada, afastando a responsabilidade originária de cada órgão participante.
- c) A decisão coordenada tem por objetivo simplificar o processo administrativo mediante participação sucessiva de cada autoridade decisória, observada a hierarquia administrativa.
- d) A decisão coordenada aplica-se apenas quando houver participação de autoridades de diferentes Poderes, dada a sua natureza interinstitucional.
- e) A decisão coordenada pressupõe a atuação compartilhada e concomitante das autoridades decisórias e responsáveis pela instrução técnica e jurídica, visando eficiência e celeridade.

46. Determinado órgão firmou convênio com uma entidade privada para operacionalizar parte de um programa social. O acordo envolvia o compartilhamento de dados pessoais de beneficiários. Após denúncia de que tais informações estavam sendo utilizadas para fins comerciais pela entidade, a Autoridade Nacional iniciou apuração. Considerando as regras sobre o tratamento e o compartilhamento de dados pessoais pelo poder público, nos termos da Lei nº 13.709/2018, é correto afirmar que:

- a) O compartilhamento de dados pessoais com entidade privada é livre, desde que o poder público permaneça responsável pelo tratamento dos dados.
- b) O poder público pode transferir dados pessoais a entidades privadas para qualquer finalidade, desde que assegure a proteção da identidade dos titulares.
- c) O compartilhamento de dados pessoais pelo poder público com entidades privadas somente é permitido nas hipóteses legais específicas, como execução descentralizada de atividade pública, devendo o contrato ser comunicado à Autoridade Nacional.
- d) O convênio firmado entre órgão público e entidade privada não precisa ser informado à Autoridade Nacional, pois a supervisão das operações cabe exclusivamente ao órgão público contratante.
- e) É exigido sempre o consentimento do titular dos dados para qualquer compartilhamento entre órgãos públicos e entidades privadas, ainda que destinado à execução de políticas públicas.

47. Determinado órgão público pretende licitar uma obra de construção de ponte de médio porte. O setor técnico elaborou o projeto básico e avaliou que não seria necessária a confecção do projeto executivo, por se tratar de obra simples. À luz das regras da Lei nº 14.133/2021 e dos conceitos aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) O projeto executivo pode ser dispensado em qualquer obra, a critério da Administração, desde que haja previsão orçamentária para execução.
- b) A dispensa do projeto executivo é possível apenas se o estudo técnico preliminar demonstrar a inexistência de prejuízo para aferição dos padrões de desempenho e qualidade, podendo o objeto ser especificado em termo de referência ou projeto básico.
- c) O projeto executivo é sempre obrigatório antes da licitação, inclusive nos regimes de contratação integrada e semi-integrada.
- d) O anteprojeto deve obrigatoriamente substituir o projeto básico nas licitações de obras comuns.
- e) O projeto básico e o termo de referência devem coexistir em todas as licitações de obras e serviços.

48. Sobre o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que:

- a) O PNCP é um sistema de uso facultativo pelos entes federativos, cuja adesão depende de regulamentação própria de cada esfera de governo.
- b) O PNCP tem por finalidade exclusiva servir como base de dados para registros de contratos administrativos firmados pela União, sendo vedado seu uso pelos Estados e Municípios.
- c) O PNCP substitui integralmente os portais de transparência dos órgãos e entidades públicas, centralizando todas as informações orçamentárias e financeiras.
- d) O PNCP é o portal oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória das contratações públicas, no qual devem ser publicados editais,

avisos, resultados, contratos e outros documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

- e) O PNCP é um sistema de apoio operacional gerido pelo Tribunal de Contas da União, responsável pela gestão e fiscalização de todas as licitações e contratos no âmbito federal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Stefan Fantini

49. O planejamento voltado para o longo prazo, elaborado pela alta administração e direcionado à organização como um todo, é denominado:

- a) planejamento operacional.
- b) planejamento tático.
- c) planejamento gerencial.
- d) planejamento intermediário.
- e) planejamento estratégico.

50. Os fragmentos a seguir foram extraídos do site da Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP).

“Fortalecer a gestão pública por meio da auditoria interna, do combate à corrupção e da disseminação de mecanismos de integridade, transparência e participação social, visando à excelência dos serviços prestados à sociedade.”

“Ser reconhecida pela sociedade e Administração Pública como referência no combate à corrupção e na promoção de uma gestão eficiente, íntegra e transparente.”

“Transparência; excelência na gestão; integridade e ética; foco no cidadão; prevalência do interesse público; inovação.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão, a missão e os valores da CGE-SP.
- b) a missão, os valores e a visão da CGE-SP.
- c) a missão, a visão e os valores da CGE-SP.
- d) a visão, os valores e a missão da CGE-SP.
- e) os valores, a visão e a missão da CGE-SP.

51. O ciclo PDCA é amplamente utilizado na gestão da qualidade e busca promover a melhoria contínua. No momento em que a organização adota medidas para corrigir falhas identificadas e evitar que elas se repitam, está atuando na fase

- a) Plan (P).
- b) Do (D).
- c) Check (C).
- d) Act (A).
- e) Control (C).

52. Indique a alternativa que não traz uma das fases do ciclo de políticas públicas.

- a) Implementação.
- b) Prestação de contas.
- c) Construção da agenda.
- d) Formulação da política.
- e) Avaliação.

53. O governo federal criou um programa que concede computadores e acesso gratuito à internet para alunos de baixa renda matriculados em escolas públicas, custeado com recursos do orçamento da União. Essa política pública, que gera benefícios concentrados em um grupo específico e custos compartilhados por toda a sociedade, é classificada como

- a) Regulatória.
- b) Redistributiva.
- c) Distributiva.
- d) Estruturante.
- e) Gratuita.

54. Após quatro anos de execução, um programa estadual voltado à alfabetização foi encerrado. Os gestores decidiram analisar os resultados obtidos para verificar se as metas e os objetivos definidos no início foram efetivamente alcançados. Esse tipo de avaliação, realizada ao final da política pública, denomina-se

- a) Avaliação In Itinere.
- b) Avaliação Concomitante.
- c) Avaliação Ex Ante.
- d) Avaliação Ex Post.
- e) Avaliação de Processo.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E MECANISMOS DE INTEGRIDADE

Julian Salvador

55. Considerando a estrutura e as competências da Controladoria-Geral do Estado de São Paulo (CGE/SP), conforme a Lei Complementar nº 1.419/2024 e o Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa correta.

- a) A Controladoria-Geral do Estado não pode instaurar procedimentos de responsabilização de agentes privados.
- b) O Controlador-Geral do Estado não possui competência para declarar nulidades em processos administrativos, mesmo após parecer técnico, devendo submeter tais casos ao Governador.
- c) A Subsecretaria de Integridade Pública e Privada atua apenas como unidade de assessoramento técnico, sem exercer função central de sistema no âmbito da CGE.
- d) Compete ao Controlador-Geral do Estado declarar a nulidade de processos administrativos após parecer técnico.
- e) A Ouvidoria-Geral do Estado atua exclusivamente como canal de denúncias, sem competência para decidir recursos relacionados à Lei de Acesso à Informação.

56. A respeito da estrutura e das finalidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual de São Paulo, conforme a Lei Complementar nº 1.419/2024 e o Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa correta.

- a) O Sistema de Correição é centralizado nas corregedorias setoriais dos órgãos da administração direta e indireta, sem órgão central coordenador.
- b) A Controladoria Geral do Estado atua apenas como órgão auxiliar do Sistema de Correição, não possuindo competência para avocar processos disciplinares em curso.
- c) A Corregedoria Geral do Estado integra o Sistema de Ética e Responsabilização Paulista.
- d) As unidades específicas de correição possuem competência meramente consultiva, cabendo exclusivamente às chefias imediatas instaurar procedimentos disciplinares.
- e) O Sistema de Correição tem enfoque no registro formal de sanções disciplinares.

b) aperfeiçoamento permanente para o exercício de sua função pública.

c) compartilhamento de informação para a melhoria dos fluxos de trabalho.

d) uso dos sistemas eletrônicos.

e) prazo de comunicação da ocorrência de fato contrário à legislação.

58. Jorge precisava agendar a realização de compromisso público, consistente em atividade geral aberta ao público, como solenidade. João corretamente explicou que, consoante o Decreto nº 68.829/2024 do Estado de São Paulo, tratava-se de um(a):

- a) Audiência.
- b) Audiência pública.
- c) Evento.
- d) Reunião.
- e) Despacho interno.

59. Beatriz, Diretora de Fomento à Integridade da Controladoria Geral do Estado de São Paulo, explicou a seus subordinados as situações que configuram, ou não, conflito de interesses. Indagada por colaboradores sobre algumas situações, declarou que só não configuraria conflito de interesses real, consoante o Decreto nº 69.474/2025 do Estado de São Paulo:

- a) Fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio, obtida em razão do exercício de atividade particular.
- b) Manter relação de negócio, em nome de pessoa jurídica, com pessoa jurídica que tenha interesse em decisão de colegiado do qual o agente público participe.
- c) Atuar como procurador de interesses privados em sociedade de economia mista estadual.
- d) Utilizar-se do emprego para influenciar de maneira imprópria o processo decisório no desempenho da função pública.
- e) Prestar serviços em caráter eventual a empresa cuja atividade seja regulada por entidade ao qual o agente público esteja vinculado.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E MECANISMOS DE INTEGRIDADE

Elder Loureido

57. Pedro foi aprovado no concurso da CGE/SP. Em exercício, tratava as pessoas com urbanidade, era assíduo e mantinha iniciativas colaborativas e proativas, atendendo, inclusive, demandas para entrega de trabalhos fora do horário de expediente. Aperfeiçoava-se permanentemente para o exercício de sua função pública, compartilhando sempre qualquer informação para a melhoria dos fluxos de trabalho, e utilizava todos os sistemas eletrônicos para quaisquer atividades de interesse público. Quando soube de fato contrário à lei, comunicou, após três dias, a ocorrência à sua chefia. No caso, Pedro apenas cumpriu o Código de Ética quanto ao:

- a) atendimento de demandas para entrega de trabalhos.

60. O Decreto nº 68.829/2024 do Estado de São Paulo dispõe sobre vedação, medidas de prevenção e detecção do nepotismo e responsabilização de servidores e agentes públicos na Administração Pública direta e autárquica. Inclui-se nas vedações do decreto a:

- a) Nomeação de empregado público permanente, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do emprego de origem e a qualificação profissional do empregado.
- b) Contratação realizada anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o contratado.
- c) Nomeação de pessoa sem vínculo efetivo com a Administração Pública para cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o da outra autoridade conflitante.
- d) Designação não remunerada para colegiado, desde que o membro deste represente a Administração Pública estadual.
- e) Nomeação para cargo de natureza política.

b) a formalização do acordo de leniência poderá também isentar ou atenuar as sanções administrativas que estejam previstas na Lei de Licitações.

c) a sociedade interessada só precisa admitir sua participação e cooperar plena e permanentemente com as investigações para a formalização do acordo de leniência por se tratar do único requisito necessário para tanto.

d) o acordo de leniência poderá ser formalizado com as sociedades envolvidas no esquema, independentemente de qual seja a primeira a manifestar o interesse em cooperar com a apuração do ilícito.

e) a formalização do acordo de leniência pode isentar a sociedade envolvida no esquema de aplicação das sanções previstas na legislação em análise, caso seja do interesse da Administração Pública.

62. Tarcísio, em razão de conduta culposa, revelou circunstância de que tinha ciência em razão de suas atribuições, fato esse que deveria permanecer em segredo, o que acabou propiciando beneficiamento por informação privilegiada.

Considerando o caso em tela e as disposições da Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que Tarcísio:

61. Após tomar conhecimento de que as sociedades XY S.A. e MARTINS S.A. estavam envolvidas em um esquema para fraudar licitações e contratos públicos, o que caracteriza ato lesivo à Administração Pública, de acordo com a Lei nº 12.846/2013, as autoridades competentes estão adotando as medidas necessárias para fins de responsabilização com base na mencionada norma, sendo certo que se está considerando a formalização de um acordo de leniência.

Sobre o tema em análise, à luz do disposto na Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que:

- a) a proposta de acordo de leniência rejeitada importa, automaticamente, no reconhecimento da prática do ilícito que está sob investigação.

- a) poderá ser condenado à perda do cargo público.
- b) ficará sujeito à aplicação de multa de até 24 vezes o valor de sua remuneração.
- c) poderá ser impedido de receber benefícios creditícios pelo prazo de 14 anos.
- d) não poderá ser punido no âmbito da improbidade administrativa.
- e) estará sujeito à suspensão dos direitos políticos por até doze anos.

63. Com relação à vigência das leis, nos termos do Decreto-Lei nº 4.657 de 1942, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, ainda que lei própria estabeleça termo diverso.
- () A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, modifica a lei anterior.
- () Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a simples correção, o prazo começará a correr a partir da data da nova publicação.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente:

- a) V – F – V.
- b) V – V – V.
- c) V – F – F.
- d) F – V – F.
- e) F – F – V.

64. Martins, de forma livre e consciente, em comunhão de ações com pelo menos outros sete indivíduos já identificados, por intermédio de organização criminosa, ocultou a origem e a propriedade de bens provenientes diretamente de infração penal.

No caso em análise, de acordo com a Lei nº 9.613/1998, Martins praticou crime de lavagem ou ocultação de bens, e está sujeito à pena privativa de liberdade:

- a) com incidência de uma qualificadora decorrente do concurso de pessoas, e, para a investigação do delito ou de eventual infração administrativa relacionada, é possível empregar a interceptação telefônica como meio de prova;
- b) na forma simples, sem aplicação de causa de aumento ou qualificadora, uma vez que o concurso de agentes já compõe o tipo penal, sendo admitida a quebra de sigilo bancário para apuração dos fatos;
- c) com aumento de pena, pois o crime foi praticado por intermédio de organização criminosa, sendo permitida, para a investigação, a utilização de ação controlada e infiltração de agentes, nos termos da lei;
- d) com incidência de qualificadora, em razão de ter sido cometido por meio de organização criminosa, podendo, entretanto, haver redução da pena até a metade se o agente colaborar voluntariamente com as autoridades, contribuindo para a identificação dos envolvidos e esclarecimento dos fatos;
- e) na forma simples, sem causa de aumento ou qualificadora, mas com a possibilidade de redução da pena pela metade, caso o agente coopere de modo espontâneo com as autoridades, fornecendo informações que levem à localização dos bens ocultados.

65. Como resultado de determinada conduta realizada no exercício de suas funções como servidora pública do Estado de São Paulo, Raquel está respondendo por crime de abuso de autoridade na esfera penal, e tomou conhecimento de que será instaurado um processo administrativo-disciplinar pelos mesmos fatos.

Diante da em análise, acerca das esferas de responsabilização mencionadas, à luz do disposto na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- a) nenhuma decisão penal absolutória pode fazer coisa julgada em âmbito administrativo-disciplinar, considerando a independência das esferas de responsabilização.
- b) as penas previstas na lei de abuso de autoridade abarcam as sanções administrativas, impedindo a instauração do processo administrativo-disciplinar, inexistindo independência entre tais esferas de responsabilização.
- c) as questões que venham a ser decididas pelo Juízo criminal quanto à negativa de autoria não podem mais ser questionadas em âmbito administrativo-disciplinar, apesar da independência das esferas de responsabilização.
- d) não há independência entre as esferas de responsabilização, de modo que qualquer decisão absolutória penal, ainda que por ausência de provas, repercute na esfera administrativo-disciplinar.
- e) apenas pode refletir ou fazer coisa julgada no processo administrativo-disciplinar a decisão penal absolutória que reconheça a inexistência do fato, diante da independência das esferas de responsabilização.

66. Adotando como base a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a opção que indica uma das penas restritivas de direitos substitutivos das privativas de liberdade previstas nesta Lei:

- a) Cassação dos direitos políticos.
- b) Multa no valor de até 20 (vinte) salários mínimos.
- c) Suspensão dos direitos políticos por até 8 (oito) anos.
- d) Suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
- e) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, com prazo máximo de 5 (cinco) anos.

67. Com relação à investigação criminal e aos meios de obtenção de prova previstos na Lei nº 12.850/2013, que trata das organizações criminosas, é correto afirmar que:

- a) o juiz deve intervir nas tratativas do acordo de colaboração premiada quando o benefício previsto ao colaborador for o perdão judicial;
- b) serão nulas de pleno direito as cláusulas do acordo de colaboração premiada que prevejam a renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória;
- c) o magistrado poderá receber a denúncia com base apenas nas declarações do colaborador, porém não poderá condenar o réu exclusivamente com base nelas;
- d) o juiz poderá determinar de ofício a infiltração de agentes policiais em investigações, ainda que sem requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial;
- e) na ação controlada, o retardamento da intervenção policial ou administrativa deverá ser comunicado primeiramente ao Ministério Público, que fixará seus limites e, em seguida, informará o juiz competente.

68. A Lei nº 12.850/2013 define o conceito de organização criminosa e disciplina a investigação criminal, os meios de obtenção de prova, as infrações penais correlatas e o procedimento criminal aplicável.

Nos termos da referida lei, o juiz poderá, a pedido das partes, conceder perdão judicial, reduzir a pena privativa de liberdade em até dois terços ou substituí-la por restritiva de direitos ao colaborador que atuar de forma efetiva e voluntária na investigação ou no processo criminal, desde que dessa colaboração resulte em determinados efeitos previstos em lei.

Assinale a alternativa que não corresponde a um desses resultados legais:

- a) A localização da vítima com sua integridade física assegurada.
- b) A prevenção de novos crimes relacionados às atividades da organização criminosa.
- c) A revelação da estrutura interna e divisão de funções da organização criminosa.
- d) A identificação dos demais integrantes e partícipes da organização criminosa e das infrações por eles cometidas.
- e) A recuperação total do produto ou proveito das infrações penais, sendo vedada a concessão do benefício caso a recuperação seja apenas parcial.

69. De acordo com a Lei Federal nº 12.846/2013, na esfera administrativa, as pessoas jurídicas responsabilizadas por atos lesivos contra a Administração Pública estarão sujeitas às seguintes sanções:

- a) multa e publicação extraordinária da decisão condenatória;
- b) suspensão das atividades e aplicação de pena restritiva de direitos;
- c) proibição de receber incentivos fiscais e sequestro de bens;
- d) prestação pecuniária e pena privativa de liberdade aos administradores;
- e) resarcimento ao erário e alteração compulsória do objeto social.

70. De acordo com a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo), o conceito de crime organizado envolve determinadas características estruturais e finalísticas.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:

- a) grupo estruturado, de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando de forma coordenada com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves.
- b) associação de três ou mais pessoas, com o fim específico de cometer crimes em território nacional.
- c) organização paramilitar ou milícia voltada à prática de crimes previstos no Código Penal.
- d) grupo formado para a prática de crimes motivados por preconceito, discriminação ou intolerância.
- e) associação destinada à submissão de pessoas a sofrimento físico ou mental como forma de castigo.

71. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a relação entre o direito internacional e o direito interno brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Os tratados internacionais sobre comércio exterior sempre prevalecem sobre as leis internas.
- b) Em caso de conflito entre tratados ou acordos internacionais e normas internas, é possível aplicar os critérios da cronologia (lex posterior derogat legi priori) ou da especialidade para solucionar a antinomia.
- c) O STF firmou entendimento no sentido da prevalência dos tratados internacionais sobre o ordenamento jurídico interno.
- d) Os tratados internacionais sobre direitos humanos têm o mesmo nível hierárquico das leis ordinárias.
- e) Os tratados e convenções internacionais têm o mesmo status normativo das leis complementares federais.

72. De acordo com o Decreto nº 4.410/2002, a Convenção Interamericana contra a Corrupção é aplicável aos atos de corrupção elencados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

De acordo com o Decreto nº 4.410/2002, que promulgou a Convenção Interamericana contra a Corrupção, o tratado é aplicável a determinados atos de corrupção praticados por agentes públicos ou pessoas que exerçam funções públicas, exceto a um. Assinale-o:

- a) O aproveitamento doloso, culposo ou por erro, bem como a ocultação de bens oriundos de atos que resultem em enriquecimento ilícito, necessariamente com prejuízo ao erário.
- b) A prática, por funcionário público, de ato ou omissão no exercício de suas funções com o intuito de obter benefício indevido para si ou para terceiro.
- c) A participação, de qualquer forma — como autor, coautor, cúmplice ou instigador — na prática, tentativa ou conspiração para a execução de atos de corrupção previstos na Convenção.
- d) A solicitação ou aceitação, direta ou indireta, por agente público, de vantagens, promessas, presentes ou favores em troca de ato ou omissão no desempenho de suas atribuições.
- e) A oferta ou concessão, direta ou indireta, a agente público, de bens, promessas, vantagens ou benefícios para influenciar a realização ou omissão de atos relacionados ao exercício de sua função pública.

73. A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.687/2006, estabelece normas para a prevenção, investigação, instrução judicial e restituição de bens provenientes de atos de corrupção.

De acordo com o texto da Convenção, para sua aplicação — salvo disposição expressa em contrário — assinale a alternativa correta:

- a) não será necessário que os delitos nela previstos causem dano ou prejuízo patrimonial ao Estado;

- b) será indispensável que os atos ilícitos causem prejuízo patrimonial ao Estado, independentemente do valor;
- c) será exigido que os atos ilícitos provoquem dano ao erário da União, qualquer que seja o montante;
- d) não é necessário dano patrimonial, mas deve haver comprovação de dano moral coletivo;
- e) será necessário demonstrar prejuízo patrimonial relevante ao Estado, acima de quarenta salários mínimos.

74. A Lei estadual de Processos Administrativos (Lei nº 10.177/1998) dispõe que:

- a) os procedimentos sancionatórios serão acessíveis a qualquer pessoa que demonstre interesse não legítimo.
- b) a instância máxima para conhecer do recurso administrativo, no caso da Administração centralizada, será o Governador do Estado.
- c) o interessado poderá considerar deferido o requerimento na esfera administrativa, se ultrapassado o prazo legal sem decisão da autoridade competente, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.
- d) o descumprimento injustificado, pela Administração, dos prazos previstos na lei gera responsabilidade disciplinar, imputável aos agentes públicos encarregados do assunto e a nulidade do procedimento em que ocorreu o atraso.
- e) a Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando deles não resulte qualquer prejuízo.

75. São atos administrativos de competência comum a todas as autoridades ou agentes da Administração, conforme dispõe a Lei nº 10.177 de 1998:

- a) Deliberações.
- b) Portarias.
- c) Decretos.
- d) Minutas.
- e) Instruções.

76. Acerca do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, é correto afirmar com base na Lei nº 10.177/1998 que:

- a) a motivação do ato no procedimento administrativo poderá consistir na remissão a pareceres ou manifestações nele proferidos.
- b) será admitida a convalidação de ato inválido, mediante adequada motivação, mesmo na hipótese em que dela resultar prejuízo à Administração ou a terceiros.
- c) a Administração iniciará qualquer atuação material relacionada com a esfera jurídica dos particulares sem a prévia expedição do ato administrativo que lhe sirva de fundamento.
- d) a Administração sempre anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando ultrapassado o prazo de 10 (dez) anos contado de sua produção.
- e) nos atos discricionários, não será razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato, tendo em vista sua finalidade.

77. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa que configura hipótese de delito:

- a) a busca domiciliar iniciada durante o dia que se prolonga após as 21h;
- b) obter prova em investigação por meio aparentemente lícito, mas de forma irregular;
- c) obter prova em procedimento de fiscalização, apenas aparentemente lícita;
- d) a simples investigação preliminar ou o recebimento de notícia de crime;
- e) prolongar injustificadamente a investigação, retardando-a em prejuízo do investigado.

78. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, constitui crime de abuso de autoridade cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar em horário indevido. Assinale a alternativa correta:

- a) fora do período de luminosidade solar;
- b) após as 18h ou antes das 6h;
- c) após as 20h ou antes das 8h;
- d) após as 21h ou antes das 5h;
- e) fora do horário de expediente forense.

79. De acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa que representa ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

- a) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- b) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem observar as formalidades legais aplicáveis.
- c) Exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica com interesse em decisão relacionada às atribuições do agente público.
- d) Liberar verba pública sem observar as normas pertinentes ou influir em sua aplicação irregular.
- e) Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem prévia dotação orçamentária ou sem cumprir as formalidades legais.

80. João, servidor público municipal efetivo, atuando como vigia do CGE-SP, permitiu a entrada de seu amigo Pedro, que subtraiu bens de alto valor pertencentes ao órgão. Posteriormente, Pedro vendeu os bens e ficou com todo o dinheiro obtido. Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa correta:

- a) Pedro responderá por dano ao patrimônio público, e João, por violação aos princípios da Administração Pública.
- b) Pedro responderá por dano ao patrimônio público, e João, por enriquecimento ilícito.
- c) João responderá por dano ao patrimônio público, e Pedro, por enriquecimento ilícito.
- d) João e Pedro responderão por dano ao patrimônio público.
- e) João e Pedro responderão por enriquecimento ilícito.

DIREITO CIVIL**Paulo Sousa**

81. Em 2024, Carlos, com 17 anos, realizou a compra de um carro de luxo em seu nome, celebrando um contrato de mútuo, sem a devida assistência de seus pais. Ao tomarem conhecimento do negócio, os pais de Carlos procuraram um advogado para discutir a validade do contrato. Em outra situação, foi judicialmente declarada a interdição de Paulo, maior de idade, por ser prodigo e dilapidar seu patrimônio.

Com base no caso concreto e nas disposições do CC/2002 sobre a capacidade civil, assinale a afirmativa correta.

- a) O negócio jurídico realizado por Carlos é nulo de pleno direito, pois o relativamente incapaz não pode praticar atos da vida civil sem a devida assistência.
- b) A interdição de Paulo, por prodigalidade, torna-o absolutamente incapaz para os atos da vida civil, equiparando-o aos menores de 16 anos.
- c) São considerados absolutamente incapazes para os atos da vida civil os menores de dezesseis anos, os ebrios habituais e os viciados em tóxicos.
- d) O negócio jurídico realizado por Carlos, em razão de sua incapacidade relativa e ausência de assistência, é anulável no prazo legal.
- e) Caso Carlos tivesse sido emancipado por seus pais via instrumento público, o negócio jurídico de compra e venda seria válido, mas a emancipação não teria conferido a ele a plena capacidade civil.

82. A associação Raio de Sol, constituída por moradores do loteamento de mesmo nome, decide, por meio de assembleia, colocar em funcionamento uma cantina no centro do loteamento, ao lado da área de lazer comum, objetivando, assim, melhorar seu caixa com o lucro da atividade.

Essa deliberação é considerada

- a) válida, pois o lucro será destinado à associação;

- b) nula, pois a associação não pode ter fins econômicos;
- c) ineficaz quanto aos associados, uma vez que não receberão os lucros;
- d) ilícita, já que não faz parte do objeto social;
- e) legal, pois o lucro deverá ser partilhado entre os associados.

83. Carlos é proprietário de um terreno urbano onde construiu uma casa para morar com sua família. No quintal, possui árvores frutíferas das quais colhe regularmente mangas e laranjas para consumo. Recentemente, decidiu demolir um galpão antigo existente no fundo do terreno, retirando parte dos materiais (tijolos e telhas) para talvez reaproveitar em uma futura reforma. Além disso, mantém guardado em sua residência um gerador de energia elétrica portátil, utilizado quando há quedas de energia.

Considerando a classificação jurídica dos bens, assinale a alternativa correta

- a) As frutas ainda pendentes nas árvores são classificadas como bens móveis por natureza, pois podem ser colhidas a qualquer momento.
- b) Os tijolos e telhas retirados da demolição do galpão passam a ser considerados bens móveis, enquanto não forem novamente empregados em nova construção.
- c) O gerador de energia elétrica, por se tratar de equipamento destinado a suprir imóvel, deve ser classificado como bem imóvel por acessão física.
- d) O terreno urbano e a casa nele construída são exemplos de bens imóveis por acessão intelectual, pois estão afetados à finalidade de moradia da família.
- e) As frutas colhidas das árvores mantêm sua qualidade de bens imóveis, mesmo após a separação do solo, já que derivam de bem imóvel.

84. Tatiana colocou sua casa de veraneio à venda. Gilmar se interessou pelo imóvel e foi conhecê-lo. Luiza mostrou a casa a Pedro, mas não o informou, propositalmente, que aos fins de semana, as pessoas utilizavam a sua rua para estacionar os carros e aproveitar o parque ecológico instalado na beira do lago que margeava a propriedade, com medo de que o interessado desistisse da compra. Pedro, por sua vez, comprou a casa, mas ficou muito desapontado, visto que não compraria uma casa cujo fluxo de carros em frente à sua garagem ficaria comprometido aos fins de semana.

Nos termos apresentados, o negócio jurídico

- a) é válido e eficaz, não havendo qualquer anulabilidade, tendo em vista que a situação dos carros aos fins de semana é um fato público que poderia ser descoberto por um comprador mais prudente e diligente.
- b) está eivado pelo vício do erro, podendo ser anulado no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato.
- c) está eivado pelo vício da lesão, podendo ser anulado no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir da data da assinatura do contrato.
- d) é nulo de pleno direito, em razão da existência de dolo positivo por parte de Luiza, podendo ser desconstituído a qualquer tempo.
- e) está eivado pelo vício do dolo negativo, podendo ser anulado no prazo máximo de 4 (quatro) anos, contados da data da assinatura do contrato.

85. Pedro, interessado em adquirir um carro, manifesta sua vontade em contrato escrito, pagando parte do valor no ato da assinatura. No dia seguinte, sofre um acidente vascular cerebral e vem a falecer. O pagamento realizado já havia sido entregue ao vendedor, que, contudo, ainda não transferiu o veículo. Considerando a teoria dos fatos jurídicos e os conceitos apresentados, assinale a alternativa correta:

- a) O falecimento de Pedro constitui um ato jurídico em sentido amplo, pois dependeu da exteriorização de sua vontade.

b) O pagamento realizado por Pedro configura um ato-fato jurídico, já que há conduta humana, mas a vontade é irrelevante.

c) O falecimento de Pedro é um fato jurídico em sentido estrito, pois independe da vontade humana.

d) O pagamento realizado por Pedro é um ato jurídico em sentido estrito, porque a lei acolhe a manifestação de vontade e predetermina efeitos necessários, como a quitação da dívida.

e) A exteriorização da vontade de Pedro em contratar o carro caracteriza um ato-fato jurídico, pois sua vontade não interfere nos efeitos produzidos pelo ordenamento.

86. Carlos vendeu a Ana um veículo por R\$ 60.000,00, com entrega marcada para 30 dias após a assinatura do contrato. No 20º dia, antes da tradição, o veículo sofreu um acidente em que foi parcialmente danificado: a porta e o para-lama ficaram amassados, mas o carro manteve plenas condições de uso. O acidente não ocorreu por culpa de Carlos.

Diante da situação, assinale a alternativa correta

- a) Ana é obrigada a aceitar o veículo no estado em que se encontra, não podendo exigir abatimento proporcional do preço.
- b) Ana poderá, à sua escolha, resolver o contrato ou aceitar o veículo, exigindo abatimento proporcional de seu valor.
- c) Como o veículo não pereceu totalmente, a obrigação de Carlos permanece inalterada, sem possibilidade de resolução do contrato por parte de Ana.
- d) Havendo deterioração parcial, ainda que sem culpa de Carlos, Ana somente poderá exigir perdas e danos, não sendo possível aceitar o carro deteriorado.
- e) A deterioração parcial do veículo equivale ao perecimento total da coisa, extinguindo a obrigação sem indenização para as partes.

87. Roberto comprou de Paulo um apartamento por R\$ 500.000,00, firmando contrato de compra e venda e pagando integralmente o preço. Meses depois, uma sentença transitada em julgado determinou que o imóvel deveria ser entregue a terceiro, legítimo proprietário, que havia ajuizado ação reivindicatória. Roberto, então, perdeu o imóvel e ficou privado de sua posse e propriedade.

Considerando as regras do CC/2002 sobre evicção, assinale a alternativa correta

- a) Paulo não tem nenhuma responsabilidade, pois não deu causa ao processo e não agiu com culpa na venda.
- b) Se não houver cláusula expressa de garantia contra evicção, Roberto não terá direito a indenização.
- c) A evicção gera, em regra, responsabilidade do alienante, ainda que ele desconhecesse o risco, obrigando-o a indenizar o adquirente.
- d) Somente haverá evicção se Roberto perder o imóvel por ato ilícito de Paulo.
- e) Roberto somente teria direito à restituição do preço pago se comprovasse que Paulo agiu de má-fé na venda.

88. Marcos contratou um cirurgião plástico para realizar uma cirurgia estética de rinoplastia. Após o procedimento, não obteve o resultado prometido e, além disso, sofreu complicações estéticas inesperadas. O médico alegou que atuou com toda a cautela necessária e que não teve culpa pelos danos, que decorreram de reação adversa do organismo do paciente.

Considerando o regime da responsabilidade civil e o entendimento do STJ, assinale a alternativa correta

- a) A responsabilidade do cirurgião plástico, em cirurgias estéticas, é objetiva, bastando o dano para gerar a obrigação de indenizar, ainda que comprovada a ausência de culpa.
- b) A responsabilidade do cirurgião plástico, em cirurgias estéticas, é subjetiva com culpa presumida, cabendo a ele demonstrar que não agiu com culpa para se eximir da responsabilidade.

c) A responsabilidade do cirurgião plástico, em qualquer tipo de cirurgia, é sempre subjetiva, dependendo de prova de culpa pelo paciente.

d) A responsabilidade do cirurgião plástico, em cirurgias estéticas, decorre da teoria da culpa contra a legalidade, bastando a infração de norma legal para caracterizar o dever de indenizar.

e) A responsabilidade do cirurgião plástico é objetiva apenas quando o contrato é de resultado; nos demais casos, não há responsabilidade, ainda que exista culpa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

89. Após auditoria realizada no âmbito da CGE-SP, o Ministério Público Estadual utilizou as provas produzidas no referido procedimento administrativo para ajuizar ação de improbidade administrativa em desfavor de servidor envolvido em escândalo de corrupção. Após a produção de mais provas no âmbito judicial, o Estado de São Paulo pretende ajuizar ação indenizatória em desfavor do mesmo servidor, e, para tanto, busca utilizar as provas produzidas na ação de improbidade administrativa. Sobre o tema e de acordo com o Código de Processo Civil (CPC):

- a) não se admite a utilização de prova emprestada, sob pena de violação ao contraditório e à ampla defesa.
- b) a prova emprestada poderá ser utilizada, mas terá menos valor que as demais.
- c) a prova emprestada poderá ser utilizada, e terá mais valor que as demais.
- d) a prova emprestada somente poderá ser utilizada caso haja consentimento do réu e do Ministério Público.
- e) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

90. Caio, cidadão de 17 anos e já com título de eleitor, ajuizou ação popular em desfavor do Estado de São Paulo em virtude de ato lesivo a bem de valor histórico e turístico. Os autos, então, foram conclusos ao juízo, que fará uma análise preliminar para recebimento ou não da petição inicial.

- a) Caio, por ser menor de 18 anos, não é legitimado à propositura de ação popular.
- b) Apenas o Ministério Público é legitimado para propor ação popular.
- c) A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.
- d) Para instruir a inicial, Caio poderá requerer à entidade ré as certidões e informações que julgar necessárias, sem necessidade de indicar a finalidade das mesmas.
- e) Não caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.

91. Em determinado processo judicial, as partes fixaram calendário para a prática de atos processuais. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) o calendário vincula as partes, mas não o juiz. A modificação dos prazos previstos no calendário depende de homologação judicial.
- b) o calendário vincula as partes, mas não o juiz. A modificação dos prazos previstos no calendário pode ocorrer livremente pelas partes.
- c) O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.
- d) O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos serão livremente modificados pelas partes.
- e) trata-se de conduta vedada no Código de Processo Civil.

92. Pedro, servidor estadual, teve ajuizada contra si uma ação de improbidade administrativa por ato cometido no ano de 2023, na qual acabou de ser citado. De acordo com a Lei 8.429/1992, a ação para a aplicação das sanções previstas na referida lei prescreve

- a) em 5 anos.
- b) em 2 anos.
- c) em 3 anos.
- d) em 8 anos.
- e) em 10 anos.

93. Cláudio impetrou mandado de segurança em face de ato supostamente ilegal praticado por auditor estadual de controle. Estando na mesma situação, João pretende ingressar como litisconsorte ativo de Cláudio. De acordo com a Lei 12.016/2009,

- a) O ingresso de João somente será admitido antes do despacho da petição inicial.
- b) O mandado de segurança não admite litisconsórcio.
- c) Para ingressar como litisconsorte, necessário que a autoridade coatora consinta com o requerido.
- d) O ingresso de João ativo não será admitido antes do despacho da petição inicial.
- e) O ingresso de João somente será admitido depois da citação.

94. Sobre as normas fundamentais do processo civil, considere:

I – O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

II – Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

III – O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma **A PENAS** em:

- a) I e II.
- b) I, II e III
- c) II
- d) II e III.
- e) III.

95. Pedro, juiz no Tribunal de Justiça de São Paulo, ao analisar determinada ação individual, percebeu que algumas provas produzidas nos autos poderiam justificar a propositura de uma ação civil pública. De acordo com a Lei 7.347/1985, Pedro

- a) remeterá as peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- b) nada deverá fazer, em respeito ao princípio da inérvia.
- c) nada deverá fazer, em respeito ao princípio do contraditório.
- d) remeterá as peças ao delegado de polícia para as providências cabíveis.
- e) remeterá as peças à Defensoria Pública para as providências cabíveis.

96. Sobre a jurisdição e a ação, assinale a alternativa correta.

- a) Havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir no processo.
- b) É inadmissível a ação meramente declaratória.
- c) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional e internacional.
- d) Para postular em juízo é necessário ter interesse, apenas.
- e) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

97. No que se refere à aplicação da lei penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas, assinale a alternativa correta:

- a) A legislação penal brasileira permite a retroatividade de norma mais severa sempre que o interesse público assim o exigir.
- b) A norma penal mais favorável ao réu tem aplicação retroativa, mesmo que o fato já tenha sido objeto de condenação definitiva.
- c) A lei penal é aplicável unicamente aos crimes cometidos dentro do território nacional, sem admitir exceções.
- d) Um cidadão estrangeiro que pratique crime no exterior contra um brasileiro não poderá ser processado no Brasil.
- e) A norma penal mais rigorosa incide sobre fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor, desde que ainda não julgados.

98. Carlos cometeu um crime cuja ação penal era pública incondicionada. Entretanto, antes de ser julgado, entrou em vigor uma nova lei que passou a exigir representação da vítima para o mesmo delito.

Diante dessa situação hipotética e conforme as regras sobre a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta:

- a) A nova lei tem aplicação imediata, pois trata de norma processual, sendo automaticamente aplicável aos processos em andamento.
- b) As disposições legais que versam sobre ação penal são, como regra, retroativas.
- c) A lei posterior não retroage, já que não extingue a punibilidade, limitando-se a modificar a forma de propositura da ação penal.
- d) Deve prevalecer a legislação vigente no momento do julgamento, em respeito ao princípio do tempus regit actum.
- e) A decadência é uma possuir natureza híbrida, ou seja, embora processual, produzem efeitos materiais e devem ser tratadas como tal.

99. Com base nos institutos da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, assinale a alternativa correta:

- a) O arrependimento posterior não alcança os coautores ou partícipes envolvidos no mesmo delito.
- b) Quando a reparação do dano ou a restituição da coisa, no caso de arrependimento posterior, ocorre por sugestão ou influência de terceiro, no caso de arrependimento posterior, não se aplica a redução da pena.
- c) A desistência voluntária exclui a adequação típica mediata, fazendo com que o agente responda apenas pelos atos já realizados.
- d) O arrependimento eficaz somente pode ocorrer nos crimes de mera conduta, em que o resultado naturalístico é essencial à consumação.

e) Os crimes de execução instantânea e única (unissubstinentes) admitem a ocorrência de desistência voluntária.

100. Um empresário oferece dinheiro a um servidor público com o objetivo de obter facilitação na aprovação de um contrato junto a um órgão estatal. De acordo com o Código Penal Brasileiro, referida conduta caracteriza:

- a) Corrupção passiva, pois houve o recebimento de vantagem pelo agente público.
- b) Corrupção ativa, uma vez que o particular ofereceu vantagem indevida ao funcionário público.
- c) Peculato, em razão de envolver bem ou valor pertencente à Administração Pública.
- d) Concussão, porque o servidor exigiu vantagem indevida em razão da função.
- e) Improbidade administrativa, por se tratar de infração exclusivamente de natureza civil.

101. Com base nos crimes cometidos por servidores públicos contra a Administração, conforme previsto no Título XI do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A corrupção ativa é crime funcional próprio, cometido por servidor público que solicita, exige ou recebe vantagem indevida em razão de sua função.
- b) Na concussão, o recebimento efetivo da vantagem indevida é requisito essencial para a configuração do delito, não bastando a simples exigência.
- c) O crime de prevaricação se caracteriza quando o servidor público, para atender a interesse ou sentimento pessoal, retarda ou deixa de praticar ato de ofício, ou o realiza de forma contrária à lei.
- d) Para que haja violação de sigilo funcional, é indispensável que o agente obtenha proveito econômico ou cause danos concreto à Administração Pública.
- e) O peculato culposo pressupõe a intenção de se apropriar ou desviar bem público, sendo incompatível com a mera culpa decorrente de negligência ou imprudência.

102. Tício, fiscal de tributos municipal, verifica que Caio está inadimplente em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Por conta disso, Tício decide se dirigir até o local de trabalho de Caio e, na frente de seus colegas de trabalho, emprega na cobrança meio vexatório não autorizado por lei. Diante da situação hipotética, Tício cometeu o crime de:

- a) violência arbitrária.
- b) condescendência criminosa.
- c) concussão.
- d) prevaricação.
- e) excesso de exação.

103. Assinale a alternativa que não corresponde a um crime cometido por particular contra a Administração Pública em geral:

- a) Assumir indevidamente o exercício de uma função pública.
- b) Resistir à execução de ato legal, utilizando-se de violência ou ameaça contra o agente público responsável ou contra quem o auxilia.
- c) Antecipar-se ou prolongar de forma irregular o desempenho de função pública.
- d) Deixar de cumprir ordem legal emitida por autoridade competente.
- e) Utilizar influência junto a agente público para obter vantagem indevida.

104. Em um pequeno município, duas moradoras, Clara e Daniela, mantinham uma convivência marcada por constantes desentendimentos. Após mais uma briga, Clara resolveu se vingar de Daniela e, mesmo ciente de sua inocência, dirigiu-se à delegacia para registrar uma ocorrência, atribuindo-lhe falsamente a prática de um crime.

Diante dessa situação, a conduta de Clara configura o crime de:

- a) Denuncia caluniosa.
- b) Condensidade criminosa.

- c) Falso testemunho.
- d) Comunicação falsa de crime.
- e) Fraude processual.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivo Martins

105. A Constituição Federal e o art. 3º-A do Código de Processo Penal consolidam o modelo acusatório no processo penal brasileiro. São características desse sistema:

- a) a publicidade dos atos processuais, a fundamentação das decisões e a possibilidade de condenação com base exclusiva na confissão do acusado.
- b) a busca da verdade real, a presunção de inocência e a dignidade da pessoa humana.
- c) a ampla iniciativa probatória do juiz, o contraditório e a ampla defesa.
- d) a separação das funções de acusar e julgar, a presunção de inocência e a oralidade dos atos processuais.
- e) o reexame obrigatório das decisões absolutórias, a igualdade das partes e a presunção de inocência.

106. Assinale o princípio que garante que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, vedando a criação de tribunais de exceção:

- a) princípio da persuasão racional do juiz.
- b) princípio da presunção de inocência.
- c) princípio do juiz natural.
- d) princípio do devido processo legal.
- e) princípio do contraditório.

107. De acordo com o Código de Processo Penal, se o investigado estiver preso em flagrante, o inquérito policial deverá ser concluído em:

- a) 10 dias, contados da data da soltura mediante fiança.
- b) 10 dias, contados da data da execução da prisão.
- c) 15 dias, contados da execução da prisão.
- d) 30 dias, contados da data da soltura mediante fiança.
- e) 30 dias, contados da execução da prisão.

108. Luciana, professora, foi ofendida por seu vizinho, Eduardo, que lhe atribuiu fato desonroso. Nessa hipótese, o inquérito policial para apurar o crime de difamação somente poderá ser instaurado:

- a) por requisição judicial.
- b) de ofício pela autoridade policial.
- c) mediante requerimento de Luciana.
- d) por requisição do Ministro da Justiça.
- e) por requisição do Ministério Público.

109. Os irmãos André e Gustavo foram vítimas de injúria racial. Após investigação, o Ministério Público arquivou o inquérito por entender não haver crime, tudo dentro do prazo legal previsto em lei. Três meses depois, André propôs ação penal subsidiária da pública. Nessa situação, a ação:

- a) poderá ser recebida, pois o crime é imprescritível.
- b) não poderá ser recebida, pois houve renúncia de Gustavo.
- c) poderá ser recebida, já que o MP não ofereceu denúncia.
- d) não poderá ser recebida, pois o MP promoveu o arquivamento dentro do prazo legal.
- e) não poderá ser recebida, por perempção do direito de queixa de André.

110. Na ação penal de iniciativa exclusivamente privada, o Ministério Público:

- a) pode oferecer denúncia substitutiva à queixa apenas em caso de incapacidade do querelante.
- b) pode substituir a queixa-crime se o querelante desistir da ação após o recebimento da inicial.
- c) não pode oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime apresentada pelo ofendido.
- d) pode sempre oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime.
- e) pode fazê-lo se houver conflito de interesses entre ofendido e representante legal.

111. De acordo com o Código de Processo Penal, as provas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais:

- a) devem ser desentranhadas do processo penal.
- b) podem ser aproveitadas em casos excepcionais previstos em lei.
- c) podem ser declaradas ilícitas pela autoridade policial.
- d) devem ser inutilizadas por decisão da autoridade policial.
- e) podem ser desconsideradas pelo juiz a seu critério.

112. Assinale a opção correta sobre as nulidades no processo penal:

- a) a falta de curador ao réu entre 18 e 21 anos gera nulidade relativa.
- b) a falta ou deficiência de defesa constitui nulidade absoluta, mesmo sem prejuízo comprovado.
- c) a ilegitimidade do representante da parte pode ser sanada mediante ratificação dos atos processuais, a qualquer tempo.
- d) a falta de citação do acusado é nulidade absoluta e insanável.
- e) a nulidade absoluta pode ser reconhecida de ofício mesmo após o trânsito em julgado.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

113. A dermatologista Lara abriu uma clínica própria onde, além de atender, organiza equipe de recepção e enfermagem, contrata serviços de marketing, mantém softwares de gestão de prontuários e define protocolos padronizados de compra de insumos e de atendimento. A atividade profissional dela é um elemento de empresa. Considerando o caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Lara não é empresária, porque o exercício de profissão intelectual afasta a caracterização empresarial, ainda que a atividade seja organizada.
- b) Lara é empresária, pois exerce atividade econômica organizada para prestação de serviços, ainda que intelectual, e o registro apenas confere regularidade.
- c) Lara só será empresária após a inscrição na Junta Comercial, pois o registro é constitutivo.
- d) Lara apenas será empresária se optar pelo MEI ou pelo Simples Nacional.
- e) Lara será empresária somente se não empregar colaboradores, pois a presença de auxiliares descharacteriza a profissão intelectual.

114. Em 10/03/2024, a sociedade Padaria Aurora Ltda. alienou seu estabelecimento à Panis Nostra Ltda. O contrato foi averbado na Junta em 12/03/2024 e publicado na imprensa oficial em 20/03/2024. Havia:

- (i) uma duplicata de R\$ 30.000,00 vencida desde 01/02/2024; e
- (ii) um contrato de farinha no valor de R\$ 50.000,00, com vencimento futuro em 15/10/2024, ambos regularmente contabilizados.

À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A cessão produziria efeitos perante terceiros desde a averbação, sendo a publicação dispensável.
- b) A alienante responde solidariamente pelo débito vencido pelo prazo de um ano contado da data da

alienação (10/03/2024), e pelo vincendo no mesmo prazo contado da publicação.

- c) A alienante responde solidariamente pelo débito vencido pelo prazo de um ano contado da publicação (20/03/2024); e, pelo débito que ainda vai vencer pelo mesmo prazo de um ano, porém contado do seu vencimento (15/10/2024).
- d) A sub-rogação do adquirente nos contratos jamais pode ser afastada por convenção.
- e) Se não restarem bens suficientes ao alienante, a eficácia do trespasse dispensa anuência dos credores, bastando a publicação oficial.

115. Situação fática: Alzira e Beatriz firmaram contrato particular para exploração de eventos, mas nunca arquivaram o ato. Alzira ficou responsável por contratar palco e som para um evento. O evento ocorreu e o serviço foi prestado pelo fornecedor. A fornecedora não recebeu o pagamento pelo serviço prestado e ajuizou ação de cobrança. Assinale a afirmativa correta.

- a) A sociedade é inexistente; só os bens particulares de Alzira respondem.
- b) A sociedade pode ser demandada e os bens sociais respondem; os sócios respondem solidariamente e Alzira responde sem benefício de ordem.
- c) Apenas Beatriz, por ser sócia oculta, responde ilimitadamente.
- d) A existência da sociedade só pode ser provada por escrito.
- e) Há benefício de ordem em favor de Alzira, pois essa regra é aplicável a todo tipo societário.

116. A Sociedade em conta de participação Orion foi formada por Zeta S.A. (ostensiva) e Nuno (participante) para fabricar drones. Houve publicidade do negócio com o logotipo “Orion SCP”. Nuno passou a negociar diretamente com clientes, assinando “Nuno — SCP Orion”. Um cliente inadimplido foi demandado e reconheio buscando responsabilizar Nuno e Zeta como se ambos atuassem externamente. Assinale a afirmativa correta.

- a) A sociedade em conta de participação adquire personalidade jurídica com o registro do contrato e, portanto, responde diretamente como pessoa jurídica.
- b) Nuno pode agir externamente sem limites, respondendo limitadamente ao valor aportado.
- c) Só o sócio ostensivo atua em nome próprio perante terceiros; e os demais apenas participam do resultado.
- d) A existência de marca confere personalidade, convertendo a sociedade em conta de participação em sociedade simples.
- e) Obriga-se perante terceiro o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do acordo verbal.

117. Café Sete Grãos Ltda tem 12 sócios. O contrato é omisso sobre representação por advogado em assembleia e adota regência supletiva pela lei das sociedades anônimas. Em Assembleia de sócios realizada dentro do prazo legal, sócios titulares de 76% do capital compareceram. Uma sócia ausente impugna: (i) quórum de instalação em primeira convocação; (ii) proibição de voto por procurador/advogado sem previsão contratual; (iii) nulidade de aprovação de contas por vício de convocação (todos os sócios haviam assinado ciência de local/data/hora/ordem do dia). Assinale a afirmativa correta.

- a) Faltou quórum de instalação da primeira convocação, sendo que a deliberação poderia ter ocorrido em forma de reunião e é vedada representação por advogado sem cláusula contratual.

- b) O quórum foi válido, mas a aprovação de contas é nula por falta de publicação de edital em jornal.
- c) O quórum foi inválido e a representação por advogado só é possível na lei das sociedades anônimas, nunca na limitada.
- d) A assembléia deve ocorrer, no caso, mesmo que todos os sócios decidam, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.
- e) O quórum de instalação foi válido; é admitida representação por advogado com mandato; a convocação pôde ser dispensada por ciência unânime.

118. Em 2024, a Ateliê Solar Ltda. deixou de pagar um contrato de fornecimento. Durante a execução, o credor juntou extratos e notas que mostravam que Heitor, sócio-administrador, pagava aluguel residencial, escola dos filhos e viagens com recursos da empresa, além de ter transferido 60% dos ativos da Ateliê Solar para a HS Participações Ltda. (holding familiar da qual também é sócio), sem contraprestação. Consta, ainda, que a Ateliê Solar alterou seu objeto social (de “comércio de painéis” para “locação de equipamentos”). O juiz indeferiu o pedido de desconsideração alegando que havia “grupo econômico lícito” e que “alteração do objeto” não seria fraude. À luz do ordenamento, assinale a alternativa correta.

- a) O indeferimento foi correto, pois, a existência de grupo econômico lícito impede a desconsideração.
- b) A desconsideração só é cabível em caso de falência ou dissolução irregular, o que não ocorreu.
- c) A desconsideração pode alcançar apenas o patrimônio pessoal de Heitor, jamais de outra pessoa envolvida.
- d) A desconsideração é cabível porque há abuso da personalidade caracterizado por confusão patrimonial, sendo que a mera existência de grupo econômico não enseja, por si só, a desconsideração.
- e) Diante de indícios de fraude, o juiz deveria decretar de ofício a desconsideração, dispensando o incidente específico.

119. Em 2025, os fundadores da Verde Litoral S.A. decidiram constituí-la por subscrição pública. O pedido de registro da distribuição foi feito à CVM com intermediação de instituição financeira, o prospecto foi divulgado e todo o capital foi subscrito. Concluídas as etapas, os fundadores deixaram de arquivar os documentos na Junta Comercial e de publicá-los. Meses depois, tentaram contrair financiamento alegando que a companhia já estaria regularmente constituída. Assinale a alternativa correta.

- a) A companhia está regularmente constituída porque a aprovação da CVM e a subscrição integral bastam.
- b) A companhia só estaria regularmente constituída se houvesse assembleia de constituição; na subscrição pública não se exige arquivamento nem publicação.
- c) A companhia não está regularmente constituída, pois o arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e a posterior publicação são requisitos para produzir efeitos perante terceiros.
- d) A subscrição pública dispensa intermediação financeira quando houver prospecto aprovado.
- e) Se os subscritores forem apenas dois, a constituição é inválida, pois a lei exige sete subscritores.

120. A companhia Alpha Tech S.A. (aberta) pretende criar classe de ações ordinárias com voto plural (8 votos por ação). Sobre o tema que trata a possibilidade da instituição de ações com voto plural, assinale a alternativa correta.

- a) Tanto as ações ordinárias como as preferenciais poderão ser de uma ou mais classes, observado, no caso das ordinárias, a possibilidade de estabelecimento de divisão em classes por adotar voto plural.
- b) É admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, sempre com dez votos por ação ordinária na companhia fechada.

- c) Pode adotar voto plural a companhia aberta, desde que a criação da classe ocorra posteriormente à negociação de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão em mercados organizados de valores mobiliários.
- d) O voto plural atribuído às ações ordinárias terá prazo de vigência inicial de até cinco anos, prorrogável por qualquer prazo.
- e) Não há previsão legal para instituição de voto plural.

Discursiva 1

Redija uma questão dissertativa acerca da Lei 14.133/2021. No seu texto, explique os seguintes pontos:

- a) Âmbito de aplicação da nova Lei de Licitações.
- b) Os objetivos do processo licitatório previstos na nova Lei de Licitações.
- c) As modalidades de licitações apresentadas na referida lei.
- d) A modalidade inexistente na vigência da anterior. Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva 2

Nos últimos anos, o ordenamento jurídico brasileiro passou por significativas transformações no campo do direito sancionador, especialmente com a promulgação da Lei nº 14.230/2021, que alterou substancialmente a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). Essas modificações buscaram reforçar a segurança jurídica e aproximar o regime sancionatório administrativo das garantias típicas do direito penal, em observância aos princípios constitucionais da legalidade, tipicidade e culpabilidade. A nova redação da lei introduziu uma nítida influência penal no tratamento das condutas ímporas, reformulando conceitos relacionados ao elemento subjetivo, à graduação das sanções e à interação entre as esferas penal, civil e administrativa.

Com base nesse contexto, discorra sobre os reflexos do direito penal no âmbito do direito administrativo sancionador introduzidos na Lei de Improbidade Administrativa pela Lei nº 14.230/2021, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. As recentes alterações referentes ao elemento subjetivo e a jurisprudência do STF a respeito da (ir)retroatividade;
2. A comunicação entre as esferas de responsabilidade por infração penal e ato ímparo; e
3. A aplicação dos princípios constitucionais penais às ações de improbidade, bem como a decisão do STF sobre a aplicação da lei mais benéfica.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>